

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.123 - SP
(2019/0181676-8)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
PROCURADORES : MARIA CARMEN DE OLIVEIRA - SP063416
ANDRÉA ALIONIS BANZATTO - SP157027
AGRAVADO : ROMUALDO WEBER
ADVOGADOS : FABIANO BRANDÃO MAJORANA - DEFENSOR PÚBLICO -
SP128357
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado pelo Município de São Bernardo do Campo contra decisão da Presidência que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial.

A parte agravante entende não ser caso de aplicação da Súmula 284/STF, pois a decisão monocrática decidiu por manter a fixação honorária não observando o fato de a Fazenda Pública ser parte da ação. Defende a aplicabilidade, na espécie, dos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC.

Aduz que a negativa de aplicação do § 3º do art. 85, enquanto utilizado o § 8º pelo Tribunal de origem, é evidente no julgado recorrido, e foi expressamente enfrentada no recurso especial, não havendo que se falar em aplicação da Súmula 284/STF.

É o relatório.

De fato, a decisão da Presidência deve ser revista.

Isso porque houve efetivo combate aos fundamentos da inadmissão do recurso especial, bem como foram apontados corretamente os dispositivos de lei tidos por violados, com a indicação clara e coerente da suposta ofensa pela Corte local.

Ante o exposto, reconsidero a decisão agravada (e-STJ, fls. 174-176), e determino o retorno dos autos a este gabinete para novo exame do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator